



Resenha do Relatório “*Crisis of inequality: shifting power for a new eco-social contract*”, da UNRISD

Ladislau Dowbor⁷²

Crisis of inequality: shifting power for a new eco-social contract – (Crises da desigualdade: deslocar o poder para um novo contrato eco-social) - UNRISD, 22 de outubro de 2022 – Resumo executivo (35 p):

<https://cdn.unrisd.org/assets/library/reports/preview-unrisd-flagship-report-2022.pdf>

Relatório completo (348p.):

<https://cdn.unrisd.org/assets/library/reports/2022/full-report-crises-of-inequality-2022.pdf>

A agência da ONU UNRISD (United Nations Research Institute for Social Development), publicou um relatório fundamental sobre como se estrutura e aprofunda a desigualdade no planeta, entre nações e dentro delas, e como podemos batalhar um novo contrato ecológico e social, “*eco-social contract*”, focando simultaneamente nos desastres sociais e ambientais. Diferentemente de outros relatórios da ONU, que apresentam os dados sobre as nossas desgraças mas ficam no lamento, este aponta os mecanismos que as geram, as corporações e a financeirização que as controlam, e inclusive o desmonte das democracias, o que reduz a própria capacidade de enfrentarmos os desafios. É uma ferramenta de trabalho poderosa, pelo realismo e clareza nos dados e nos argumentos.

A compreensão de que estamos enfrentando uma crise sistêmica, e não de um sistema apenas deformado, que precisaria de “ajustes”, está se generalizando no planeta. Frente a uma situação surrealista em que uma economia globalizada está ancorada na moeda de um país, o dólar dos Estados Unidos – que não se privam de emitir à vontade – vemos importantes fontes se referirem à necessidade de um novo Bretton Woods, portanto um novo pacto financeiro mundial. Lembrando que este pacto data de 1944, com os Estados Unidos no leme, sendo gradualmente

⁷² **Ladislau Dowbor** é professor titular de economia da PUC-SP e consultor de várias agências nacionais e internacionais. É autor de dezenas de livros e estudos técnicos disponíveis no site <https://dowbor.org>, em regime de Creative Commons (acesso gratuito online). Seus livros mais recentes são: *O Capitalismo se desloca* (Ed. Sesc) e *Resgatar a função social da economia* (Ed. Elefante).

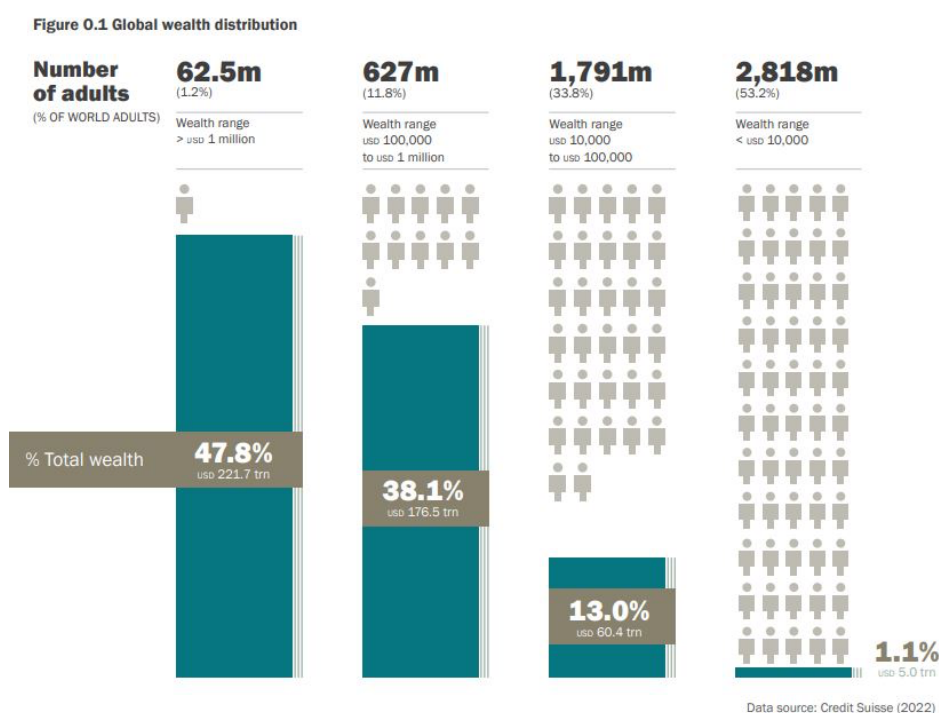


desfigurado com o abandono do lastro-ouro em 1971, enquanto a regulação financeira (lei Glass-Steagall, 1933) foi enterrada pelo governo Clinton em 1999. Hoje enfrentamos o vale tudo que chamamos de neoliberalismo, nome de aparência técnica, como se se tratasse de “ciência econômica”, e não de apropriação indébita, de enriquecimento sem a contrapartida produtiva. O aumento explosivo das desigualdades resulta em grande parte desta forma de apropriação do produto social por minorias improdutivas.

O dreno financeiro que hoje enfrentamos é também apresentado em outro relatório da ONU, o *Trade and Development Report 2022*, da UNCTAD, que aponta a ruptura entre as finanças e a economia real (“*decoupling of finance and the real economy*”): “Neste ambiente de altos lucros e baixo investimento, a engenharia financeira se tornou um instrumento de comportamento de rentismo (*rentseeking behaviour*), em particular entre as maiores corporações internacionais. Graças ao seu poder de mercado, elas frequentemente têm gerado mais renda a partir da manufatura de escassez do que da produção de bens ou fornecimento de serviços. A ampliação de tal comportamento por meio de monopólios de conhecimento, fusões e aquisições, contratos governamentais etc. tem sido acompanhada pela evasão fiscal sistemática, inclusive a canalização dos lucros por meio de paraísos fiscais *offshore*, o correspondente crescimento de fluxos fiscais ilícitos e o uso generalizado de aquisições alavancadas e recompras de ações.”

Mencionamos aqui este outro relatório da ONU, porque detalha os mecanismos da financeirização, que permitem que o enriquecimento seja desconectado da produção. Aqui, vai por terra um fundamento essencial da teoria econômica herdada do passado, dita ortodoxa, de que o enriquecimento individual se transforma naturalmente em crescimento da prosperidade para todos. O principal mecanismo de enriquecimento não gera mais capital produtivo, pelo contrário, trava a economia, e resulta nos nossos desastres econômicos, sociais e ambientais. A ruptura entre o enriquecimento financeiro e a economia real significa que o sistema se tornou contraprodutivo. Segundo o relatório da UNRISD, “as presentes desigualdades extremas, destruição do meio ambiente e vulnerabilidade a crises não constituem um defeito (*flaw*) no sistema, mas uma sua característica.

Apenas uma mudança sistêmica em grande escala pode resolver esta situação desastrosa.”(1) Segundo o relatório, o mundo está em “estado de fratura” (*state of fracture*): Um sistema no qual uma crise sanitária global permite dobrar a riqueza das 10 pessoas mais ricas do mundo, enquanto empurra mais de 120 milhões de pessoas para a pobreza extrema, sinaliza um contrato social rompido, deixando para trás um número muito excessivo de pessoas e falhando na proteção do nosso planeta.”(2)



Os dados básicos desta desigualdade são conhecidos: os 5,3 bilhões de adultos no planeta possuem uma riqueza pessoal acumulada de 463,6 trilhões de dólares, o equivalente a 88 mil dólares por pessoa (cerca de 450 mil reais). O mundo não é pobre. Mas 1,2% dos adultos do planeta têm uma riqueza acumulada de 221,7 trilhões de dólares, 47,8% do total, quase a metade. Os 53,2% de adultos mais pobres do planeta, 2,8 bilhões de pessoas, possuem apenas 5 trilhões, 1,1% do total. É impressionante constatar que bastaria tirar 2% da riqueza dos mais ricos, coisa que mal notariam, para dobrar a riqueza da metade mais pobre da população mundial. E o processo se agrava: “Nas últimas três décadas, o 1% de cima da humanidade capturou quase 20 vezes o montante de riqueza dos 50% na base. Essa



concentração de riqueza e de renda no topo é ao mesmo tempo o resultado e um vetor de poder da elite.”(4) A realidade é que esse enriquecimento no topo é essencialmente desconectado da economia real, baseado em ganhos financeiros improdutivos, e praticamente não paga impostos. E o poder que gera permite que se amplie. O que fazem é legal, simplesmente porque são eles que fazem as leis. Mas não é legítimo, e está nos levando ao desastre.

As crises que resultam são claramente resumidas no relatório: os desafios urgentes (*urgent challenges*) que enfrentamos incluem: “Uma concentração de riqueza e de renda sem precedentes, e um progresso na redução da pobreza que é um disparate; a captura dos processos políticos e das instituições pelas elites; o aumento da austeridade, privatização de serviços essenciais e redução do Estado; nacionalismo e extremismo de direita bem como um ataque aos discursos e movimentos igualitários e de direitos humanos; insegurança, conflitos e um número crescente de pessoas forçadas a migrar; avanços tecnológicos que criam novas divisões tanto dentro como entre países; e a crise climática e perda de biodiversidade que ameaçam a nossa própria existência.”(3) A desigualdade aqui passa a ser vista no plural: “Raça, etnicidade, casta, status de cidadania, gênero, identidade, orientação sexual, idade, incapacidade e numerosos outros fatores continuam a desempenhar um papel crucial na determinação dos potenciais e resultados sociais.”(4)

A responsabilidade da convergência explosiva de crises é claramente associada ao mundo corporativo: “O ambiente atual de política econômica tende a favorecer atores econômicos poderosos como as corporações multinacionais e grandes empresas, em detrimento de entidades menores...para tornar as nossas economias mais inclusivas, sustentáveis e produtivas, é imperativo repensar e reajustar o papel do estado no desenvolvimento econômico.”(22) Esta “era de financeirização e de hiperglobalização” leva a assimetrias que favorecem “a concentração de rentas bem como a elisão e evasão fiscal pelas maiores corporações multinacionais.”(12) O impacto do neoliberalismo nas últimas quatro décadas, com força dominante das corporações, ameaça o pouco que temos de democracia: “O tecido político democrático é ameaçado pela influência política crescente das



grandes corporações, com redução do espaços de políticas públicas devido às políticas tecnocráticas e condicionalidades que deslegitimam os governos.”(10)

O pacto eco-social proposto se baseia na situação crítica mundial: “A compreensão de que todos dependemos dos bens comuns globais (*global commons*) e bens públicos, e de que ninguém estará seguro até que estejamos todos seguros, abre uma janela de oportunidade para criarmos um novo contrato eco-social orientado para maior inclusão social, igualdade e sustentabilidade ecológica.”(11) Faz parte do drama o fato que cerca de 2 bilhões de trabalhadores no mundo estão no emprego informal - com uma proporção maior de mulheres - o que representa 61% da força de trabalho global. Menos de 20% dos idosos recebem aposentadoria. “Considerando os laços entre as crises econômica, social, ecológica e política enfrentada no mundo todo, organizações e movimentos estão fazendo um chamado para a criação de um novo contrato social, entre pessoas, cidadãos e governos, e entre pessoas e a natureza.”(18)

Não é o caso de ficar esperando a grande transformação. “A ideia básica de um novo contrato eco-social é a de promover um leque de processos deliberativos no nível local, nacional, regional e global, em diferentes setores e com diferentes grupos de *stakeholders*, para chegar a uma visão compartilhada, objetivos concretos e compromissos e responsabilização nos mecanismos.”(19) Trata-se também da recuperação das narrativas, da própria educação e das universidades, pois “decolonizar o conhecimento é crucial para deslocar as assimetrias de poder.”(20) O Relatório aponta, neste sentido, para um novo equilíbrio das relações entre Estado, mercado, sociedade e natureza, com “políticas sociais transformadoras reforçadas por um contrato fiscal justo, com multilateralismo reimaginado e solidariedades reforçadas.”(209)

Sonhos? O aporte do Relatório está no desenho de novos pactos possíveis, mas em particular no fato de apresentar de forma tão clara o que tem sido chamado de “catástrofe em câmara lenta”, e de deixar claro que a desigualdade desempenha um papel central, pois a partir de um certo nível reduz a imensa maioria ao desespero, com erosão dos sistemas democráticos de construção de equilíbrios. Os desequilíbrios sociais, econômicos e políticos tendem para uma cristalização nefasta



que trava o desenvolvimento, e a própria capacidade de transformação. O que se busca é uma economia social e solidária (*SSE – Social and Solidarity Economy*), e o controle financeiro é essencial, pois define as prioridades: “As políticas sociais precisam ser financiadas por meio de um contrato fiscal justo, garantindo tanto a sustentabilidade do financiamento como a redução das desigualdades e dos impactos sociais negativos.” Estamos longe dos sonhos de que “os mercados” resolverão os dramas, antes são eles que geram o pesadelo. “Líderes progressistas, cidadania ativa e movimentos sociais precisam juntar esforços para alcançar uma visão verdadeiramente inclusiva do clima e da justiça social.”(26) Não é exagero dizer que o mundo está à procura de novos rumos. Uma sistematização como a que encontramos nesse Relatório ajuda muito.